

*A Comissão do Distrito Federal não tem local para funcionar, autonomia para convocar autoridades e seus membros não conhecem de perto os problemas da cidade. Existe, de fato, apenas para contracenar politicamente numa cidade sem representação.*

# A Comissão do DF, na verdade, não existe

AFONSO FABRE

A Comissão do Distrito Federal no Senado não tem estrutura nem condições para cumprir as suas obrigações constitucionais de deliberar sobre os assuntos da Capital da República.

— O órgão técnico — que em tese seria a voz dos brasileiros no Congresso Nacional — transformou-se em homologador dos projetos de interesse do Executivo, já que até mesmo os senadores da Oposição, que integram a comissão, ficam temerosos de adotar um posicionamento crítico, por falta de conhecimento profundo de causa, da realidade local.

Esta opinião é do próprio presidente em exercício da Comissão do Distrito Federal, senador Itamar Franco (PMDB-MG). Eles revelam, inclusive, que nem mesmo de uma sala dispõem, muito menos de funcionários, e até o secretário da Comissão é um servidor da secretaria do Senado, "emprestado para redigir a ata das reuniões".

FORASTEIROS

O senador Itamar Franco teve de receber a reportagem do JBr em seu próprio gabinete, e se desculpou afirmando que "infelizmente a Comissão do Distrito Federal não conta com instalações próprias, ao contrário de todas as outras do Congresso Nacional", ressaltando, desta forma, o plano inferior a que está relegado, no seu entender, o Distrito Federal.

Itamar Franco tinha sobre a sua mesa o projeto encaminhado pelo governador Aimé Lamaison instituindo a Taxa de Limpeza Urbana. Mas, "apesar de sentir que Brasília está orfã, no que diz respeito à fiscalização da administração pública", não tivera tempo, ainda, para estudar a matéria. E para reforçar sua tese indagou: "Como teremos condições de discutir os problemas de Brasília se somos forasteiros? Se não os conhecemos em profundidade? Além disto, como poderia um senador ocupar a tribuna para debater questões como calçamento, água, luz, esgoto, policiamento de Brasília?"

A mesma opinião é do presidente da Comissão, senador Lázaro Barbosa. Para ele, a Comissão do Distrito Federal não tem, absolutamente, condições nem mesmo de acompanhar a aplicação do orçamento do GDF, os atos do governo, pois até a convocação de um secretário, de um superintendente de segundo escalão do governador Aimé Lamaison, são vedadas aos senadores. "Eles podem — diz Lázaro Barbosa — ser convidados a comparecer ao Senado; e o convite é aceito ou não".

Este caso está ocorrendo no momento, pois o presidente da Comissão do Distrito Federal recebeu, há alguns dias, uma comissão de moradores da Ceilândia que lhe foram levar o problema do alto custo dos lotes a eles destinados. Lázaro Barbosa tomou conhecimento do assunto e se dispôs a "solicitar o comparecimento do superintendente da Terracap à Comissão para explicar as razões desse fato, quando se sabe que os favelados transferidos para a Ceilândia tiveram a promessa do GDF de receber o local para erguer sua casa a um preço simbólico".

O convite deverá ser expedido na próxima semana, mas o senador Lázaro Barbosa



Lázaro Barbosa, presidente da Comissão do DF, não tem sequer um local para discutir seus encargos



Para Itamar Franco, vice-presidente, a situação só demonstra o plano inferior a que o DF está relegado

lembra que o coronel Eni de Oliveira Castro "não está, legalmente, obrigado a comparecer, porque tudo não passará de um convite".

Se isto ocorre com o superintendente da Terracap, levar o governador ou um de seus secretários à Comissão é praticamente impossível, a não ser que eles assim o desejem de acordo com Itamar Franco e Lázaro Barbosa.

PRIORIDADES

O senador Lázaro Barbosa admite que a Comissão do Distrito Federal não se reuniu uma só vez em 1980, apesar de seus esforços, e diz que "já estamos no final do mês de março, mas as reuniões não podem se realizar se não houver quorum. É preciso também que haja pauta. E eu venho tentando, já há quinze dias, reunir os senadores-membros para debatermos esses problemas, que nos são agora colocados, como hospitais, trânsito, violência,

despachantes, água, urbanização, e até agora não coincidiu nem um só dia em que houvesse viabilidade de quorum. Assim, os problemas de Brasília ainda não foram debatidos este ano".

Para Lázaro Barbosa, "infelizmente a grande realidade é que a Comissão do Distrito Federal não cumpre sua missão constitucional, por falta de condições".

Essas "condições", no entender do presidente da Comissão, inexistem porque "esse órgão é composto de senadores de Goiás, Minas Gerais, Ceará, Acre, etc. altamente absorvidos pelos problemas de seus Estados, e não lhes é possível acompanhar os problemas sociais de Brasília, que são gravíssimos". Lázaro Barbosa dá o seu próprio exemplo:

— Absorvido com os problemas do meu Estado e do país em geral, é evidente que a prioridade é de Goiás, e não me sobra tempo para saber como anda o problema do lixo em

Brasília, por exemplo, o da limpeza pública. E estou falando de um dos menores! Agora, pensemos, então, na fiscalização dos atos do Executivo local, e teremos uma idéia de como vivem os brasileiros: entregues à própria sorte".

Relembrando que até hoje não foi discutido ali o projeto do GDF que pretende instituir a Taxa de Limpeza Urbana, o senador pergunta "como é que a Comissão do Distrito Federal, integrada por senadores de outros Estados que, embora vivendo em Brasília estão confinados à geografia do Congresso Nacional, como é que nós teremos condições para verificar a viabilidade e a necessidade mesmo de se criar esta taxa, que vai onerar ainda mais o brasileiro?"

REPRESENTAÇÃO

Baseados nestes fatos, tanto o presidente da Comissão como o seu ex-vice-presidente advogam a necessidade de representação política para o Distrito Federal — eles preferem representação em todos os níveis e não apenas no Congresso.

Lázaro Barbosa acha que é "absurdo, uma distorção grave, o fato de o Distrito Federal contar com a expressiva cifra de um milhão e meio de habitantes, com mais de 400 mil que se inscrevem como eleitores para nada, porque têm reduzidos seus direitos de cidadania, já que não podem votar".

Para o seu presidente, a Comissão do DF, deveria, pelo menos, duas vezes por semana, convocar secretários do governo do Distrito Federal para que dêem explicações, "pois não é possível um administrador agir sozinho, como se fosse detentor das luzes salomônicas. Ninguém é senhor absoluto da verdade. A comunidade precisa ser ouvida. E só pode sê-lo pelo Parlamento, mas com representantes seus. Daí porque não há como fugir. Esta é uma situação que há de ser enfrentada com realidade. Com determinismo. Pode-se postergar por mais dois, três, quatro ou cinco anos, mas não tem jeito; há que se chegar a isto, e quanto mais tempo demorar, pior vai ficando a situação desta grande quantidade de brasileiros que aqui vivem, completamente desassistidos, ou recebendo assistência que deixa muito a desejar".

Lázaro Barbosa admite, finalmente, que a atuação da Comissão que preside, "além do exame de projetos de interesse do Executivo", somente fez uma tentativa de mediação, no ano passado, entre os professores da rede oficial de ensino e a secretaria de Educação. "Mas é bom que se diga, que se reconheça, que se enfatize, tudo isto foi feito sem resultado positivo".

O senador goiano "não chegaria ao ponto de dizer que a comissão de nada vale, porque é melhor existir uma simples comissão do que nada existir". Mas entende que "em termos concretos fica muito a desejar".

E assegura que a Comissão do Distrito Federal é um paliativo, uma dose homeopática para um doente em crise séria. "Um remédio eficaz, verdadeiro, hábil, capaz, é a representação própria do Distrito Federal no Congresso Nacional".



Os dois principais membros da comissão — Lázaro Barbosa e Itamar Franco — Encontram dificuldades para exercer as funções de representantes dos brasileiros.